

TRÊS POR QUATRO

Jornal-Laboratório Comunicação UFRGS dezembro de 1987

A transição
esvazia
as salas
de aula



Página 3

Sistematização mantém o diploma

Sistematização recusa tese dos empresários e aprova a manutenção do diploma para o exercício da profissão de jornalista no País.

Página 5

Amorim: o caderno de telefones

O jornalista Alberto Dines defende o diploma que o editor de economia da Globo considera desnecessário e inútil

Dines: a defesa do diploma

Página 4



O mau serviço do RU

Filas longas e serviço péssimo. É a rotina dos alunos diante do RU.

Página 3

Criação e crítica

O Sistema de Avaliação que tem acompanhado a implantação do Projeto de Reestruturação do Curso de Comunicação Social da UFRGS tem mostrado, de maneira inequívoca, excelentes resultados e problemas que abrangem desde as condições mínimas para que uma disciplina atinja seus objetivos até o questionamento sobre os níveis de credibilidade de alunos e professores em relação à filosofia que deve nortear todo este Projeto: CRIAÇÃO E CRÍTICA.

Operacionalizar estes conceitos e ingressar num processo de mudança são provocações que exigem maturidade para recusar a "filosofia" do "de-qualquer-queijo-está-bom" e "qualquer-coisa-serve", exigem o desenvolvimento de respeito mútuo entre professor e aluno em relação ao processo de ensino-aprendizagem, exigem condições mínimas de entendimento de questões óbvias como as seguintes: (a) um curso não cresce sem pesquisa e sem avaliação, (b) equipamento, material e espaço são equivalentes a ensino de qualidade, já que os cursos na área de comunicação há muito tempo ultrapassaram a metodologia do giz e do cuspe, (c) cada professor tem sua parcela de responsabilidade na formação dos jornalistas, relações-públicas, publicitários e pesquisadores, (d) cada aluno é responsável pela sua formação e (e) a qualidade do curso depende, substantivamente, da qualidade e do desenvolvimento acadêmico de seus professores.

Os seminários, reuniões, questionários, correspondências e outros procedimentos vinculados ao Sistema de Avaliação têm trazido o processo de ensino-aprendizagem de alunos e professores quanto a educação necessária aos processos de mudança e, portanto, de crescimento. Por isso, a participação de alunos e professores ainda está aquém do conceito "A", porque este Projeto de curso está vinculado, também, ao entendimento de uma filosofia de ensino aplicada à comunicação e requer a coragem e a simplicidade inerentes à maturidade e à sabedoria. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o nível de participação — discente e docente — está vinculado a decisões individuais, já que as informações, reuniões, decisões e documentos relacionados ao Projeto e à melhoria do Curso têm sido divulgados de forma planejada e sistemática.

A abrangência dos conceitos CRIAÇÃO E CRÍTICA e o seu entendimento está, paulatinamente, modificando a estrutura do Curso através de várias disciplinas, atividades e alteração de posturas em relação ao fator inovação. A credibilidade é essencial e tem que ser reativada pelos professores, quanto à produção de conhecimentos e nas suas exigências, quanto à formação de profissionais de comunicação qualificados e críticos; e pelos alunos, em relação aos seus direitos e às suas expectativas quanto à sua particular contribuição para a qualidade de ensino e do mercado de trabalho.

Maria Helena Weber

Espaço aberto

A discussão, e o debate são elementos essenciais ao desenvolvimento do jornalismo. Um jornal laboratório como o 3 x 4, destinado à prática de jornalismo por parte de estudantes, não poderia ignorar essa realidade. Por isso a partir deste número o 3 x 4 terá sempre um espaço reservado para a publicação de artigos em que se questione aspectos da profissão. Ele está aberto para os alunos, professores, jornalistas e quem mais se interessar por esta discussão que na verdade interessa a toda a sociedade.

A estréia desse espaço, que vai levá-lo o nome genérico de Opinião, não poderia ter uma discussão mais atual do que a que envolve a questão do diploma para os jornalistas. O jornalista Paulo Henrique Amorim, editor de economia da Rede Globo, por exemplo, não acredita na eficácia das escolas de comunicação. Para ele, conforme artigo que publicou no

dia 17 de setembro no jornal Folha de São Paulo, não há nada em jornalismo que uma pessoa medianamente inteligente não possa aprender em quinze dias.

Outro jornalista respeitado, Alberto Dines, diretor editorial adjunto da Editora Abril, é um intransigente defensor do diploma para os jornalistas. Se o diploma for abolido, Dines acredita que as redações brasileiras vão se transformar em nichos de parentes dos patrões. Essa opinião Dines revelou em uma entrevista ao repórter André Pereira, do jornal Diário do Sul em 12 de julho.

São essas duas opiniões, igualmente respeitáveis, que inauguram este espaço aberto à discussão e ao debate de idéias capazes de levar a uma reflexão e a um questionamento do modo de fazer jornal. Afinal, se não pensarmos criticamente no que estamos fazendo, é quase certo que faremos um mau jornalismo.

Ira de veterano

Nunca houve uma edição do 3 x 4 realizada por tão poucos alunos como essa que você tem em suas mãos. Apenas cinco estudantes participaram, situação que resultou em trabalho dobrado. A opinião entre os alunos divide-se: uns acharam uma ótima oportunidade para mostrar serviço e outros reclamaram da falta de tempo para tanto esforço concentrado. Boa ou má, essa realidade de poucos alunos é consequência direta da implantação do novo currículo do curso de Comunicação paralelamente ao funcionamento do velho. Este 3 x 4 é, pois, um dos últimos gemidos agonizantes do "currículo em extinção".

Em 1985, veio o currículo novo. Em 1987, o prédio da Faculdade sofreu reformas. E em 1988, deverão chegar os novos equipamentos que serão adquiridos com a verba de Cr\$ 6 milhões, já liberada pelo MEC. É o projeto de Reestruturação do Curso em pleno e feliz andamento. Porém, a felicidade só se completará quando não restar mais nenhum aluno antigo sobre os escombros do "currículo em extinção", que então passará a ser chamado de currículo extinto. O enterro do defunto está marcado para o final de 1988, mas é provável que após este prazo o curso venha a ser assombrado por algumas almas penadas à procura de um canudo.

Apesar de circular com certa desenvoltura pelos corredores e escadas da FABICO, fruto mais da rotina do que de uma utópica integração prédio-estudante, o veterano sente-se um intruso, um estranho no ninho, pois sabe que o ninho foi reformado não para ele mas para os acadêmicos do novo Curso. Um veterano confidenciou, com lágrimas nos olhos, que gostaria de adiar a formatura por mais dois anos, a fim de também usufruir dos novos equipamentos, poder tocar numa ilha de edição, manusear câmeras fotográficas com o fotômetro funcionando, usar a letra A nos títulos com leterset, enfim, ter prazeres proibidos aos veteranos.



Diploma deve permanecer

A Comissão de Sistematização da Constituinte, a última etapa de preparação da futura Constituição do País antes da votação no plenário, rejeitou por 79 votos a sete a Emenda Gasparian. Esta emenda proposta pelo deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP) previa que fosse livre o exercício das profissões ligadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes. Mas seu objetivo direto era acabar com a necessidade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Gasparian que no passado recente foi editor do jornal Opinião estava representando os interesses dos proprietários de jornais — mais precisamente da Folha de São Paulo, a única empresa a defender pública e arduamente o fim do diploma de jornalista.

Apesar de não ser a primeira derrota dos que querem abrir as redações a quem for parente dos chefes ou a quem se sujeitar a trabalhar por um salário menor ou até mesmo por salário nenhum, a guerra do diploma ainda não acabou. Os patrões já mostraram que sabem ser persistentes e vão se adequando a cada passo da luta. Primeiro queriam acabar com as escolas, depois tentaram derrubar a necessidade do diploma através de lei apresentada ao Congresso. E agora resta ainda a votação no plenário, a que vai moldar definitivamente a nova Constituição brasileira.

Os argumentos sempre são os mesmos: os jovens jornalistas saem despreparados das faculdades. Se este tipo de argumentação realmente fosse válido, o urgente seria acabar com a necessidade de todos os diplomas. Ou alguém desconhece que os jovens médicos vão aprender sua profissão durante a residência feita em Santas Casas ou em Hospitais de Pronto Socorro? Qual é o arquiteto, o engenheiro ou qualquer outro profissional que sai pronto da faculdade? Mas para os empresários dos meios de comunicação as situações são diferentes.

Claro que há uma diferença. Os empresários dos meios de comunicação se mostram preocupados com o início da organização dos jornalistas como categoria profissional, com o início de um questionamento sobre a verdadeira função da empresa jornalística, que certamente com critérios estabelecidos pela própria sociedade. E nas faculdades, que em maior ou menor grau correm atrás do tempo perdido, há uma preocupação em instrumentalizar os alunos para que em primeiro lugar percebam a realidade em que vivem. A etapa seguinte desse processo, é claro, é atuar sobre essa realidade de maneira crítica.

Os patrões costumam sofismar que a abolição do diploma vai contribuir para a democratização da informação. Se esta é a intenção, porque não discutir a proposta da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) que pretende transformar as empresas de comunicação em fundações? Ou quem sabe não criamos conselhos editoriais representativos da sociedade para definir a linha editorial de cada jornal? Essas são realmente possibilidades de democratização da informação. Mas estas, certamente, não interessam aos empresários que nestes casos seriam privados do poder absoluto sobre suas publicações.

Cumpra destacar o papel fundamental do deputado Antônio Britto (PMDB-RS) na rejeição da emenda Gasparian na Comissão de Sistematização. Foi Britto, jornalista experiente, quem articulou a votação da emenda e garantiu a manutenção do diploma, atendendo às reivindicações da maior parte da categoria profissional. Entre os gaúchos o único voto contrário à manutenção do diploma foi do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), dono de um diploma de jornalista e ex-apresentador de programas de televisão.

COMCAR explica semestre vazio

A reclamação é geral quanto ao reduzido número de alunos em várias disciplinas, especialmente, dos últimos semestres. Isso só não surpreende a COMCAR que é responsável pela coordenação do Curso e previu esta situação desde 1985. Embora desconfortável, tanto para alunos quanto para professores, é uma situação inevitável até o final de 1988 devido aos seguintes aspectos:

1. O "novo currículo" entrou em funcionamento em 1985/1 sendo que em 1984/2 ingressou a última turma do "antigo currículo" cuja colação de grau se realizaria em 87/2;

2. Muitos alunos do currículo em extinção foram beneficiados devido a autorização de quebra de pré-requisitos, que facilitou o término do curso, e outros optaram pelo currículo em implantação;

3. Até 1985/2 o ingresso através de vestibular não exigia opção por Habilitação. Assim, o aluno ingressava no Curso de Comunicações, conforme sua conveniência, decidia — ou não —, em qualquer semestre, por alguma habilitação. Não era possível, portanto, prever adequadamente o número de alunos por Curso. Esta situação só foi modificada a partir de 1986;

4. A adaptação curricular dos alunos "antigos" para o novo currículo foi realizada através de equivalência de disciplinas e créditos, sendo que no currículo "novo" o número de opções de disciplinas é maior;

5. Todas as disciplinas que não estão sendo frequentadas pelos alunos do currículo "novo", portanto, têm poucos alunos devido à sua situação intermediária,

entre o tempo exigido para o término do Curso (até 88/2) e os benefícios decorrentes da adaptação curricular que possibilitou o término do Curso em menos tempo;

6. Os alunos vinculados ao currículo em implantação devem cumprir um número de créditos superior aos "antigos" e as disciplinas são encadeadas por uma série de pré-requisitos, o que lhes impede de adiar o Curso.

Há outros fatores, mas esta situação, desagradável e onerosa a todos, é passageira e parece caracterizar, mais ainda, as grandes mudanças que estão ocorrendo no Curso de Comunicação Social da UFRGS.

Maria Helena Weber — Coordenadora da COMCAR/ Comunicação.

Jornal-laboratório dos alunos do oitavo semestre do Curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do segundo semestre de 1987, elaborada pela turma da disciplina de Produção e Difusão de Jornalismo Gráfico, sob a coordenação dos professores Aníbal Bendati e Pedro Maciel.

Participam desta edição: Carlos W. Kluge, Dulci Naara Emerim, Gilmar Roberto E. Martins, Mirela Mainieri e Salvador Albarrán Vázquez.

Chefe do Departamento de Comunicação: Ricardo Schneider da Silva. Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes.

Cartas, opiniões e colaborações devem ser dirigidas à redação do jornal Três Por Quatro, rua Jacinto Gomes, 540, Porto Alegre — RS.

Composição e impressão: Proletra Av. João Pessoa, 345 - F. 26.7780



Almoço obrigatório

R.U.im

Bandeja na mesa: quem se importa com a qualidade da comida na UFRGS

A UFRGS vai mudando sua imagem com as reformas de seus prédios históricos e com a criação de um Centro Cultural com cinema e teatro. Mas a insatisfação de grande parte dos alunos com a qualidade da comida persiste como uma característica dos refeitórios universitários.

A maioria dos alunos entrevistados à porta do refeitório central, na João Pessoa, sobre o que acabaram de comer respondem em uma palavra: ruim. O estudante de direito, José Cavaleiro aponta a carne servida como sendo de péssima qualidade. "Tem vezes que não é carne, mas um pedaço de nervo" queixa-se José. Marta Brandão que faz a faculdade de farmácia deixou de comer no RU porque teve problemas estomacais. Segundo a aluna a causa de seus distúrbios foi o bicarbonato usado no arroz. Também o feijão, que é componente obrigatório em todas as refeições é considerado muito fraco. Ou como diz o aluno de administração, Marcelo Schwartz, "é uma água preta".

Para uma das nutricionistas responsáveis pela bandeja do RU a crítica forte faz parte do espírito dos futuros profissionais formados na universidade. Régia Maria Sá afirma que a bandeja do restaurante universitário não é ruim, frisando que "é muito melhor do que se come na maioria dos lances brasileiros". E garante que o valor nutricional de uma refeição é plenamente atendido. Quanto as reclamações por servirem pouca comida na bandeja, a nutricionista diz que são procedimentos de pessoas que baseiam a sua alimentação diária em apenas uma refeição e "praticamente comem só a nossa comida", acarretando uma carência alimentar.

Já a funcionária da limpeza, Dalziza Moraes, que come há sete anos no RU não reclama e acha a comida boa. As queixas basicamente são feitas pelos alunos não havendo reclamações por parte de funcionários. Anízio Conrado, aluno das artes, classifica a comida de "suportável" e ressalta que nos últimos quinze dias vem melhorando. Anízio concorda com as críticas feitas à qualidade do prato, mas aponta que com os preços de 0,90 para carentes e de 2,70 cruzados para o restante dos alunos não se pode esperar muito da comida.

A MEC obriga que a universidade subsidie, no mínimo, 75 por cento da alimenta-

ção universitária. Segundo o Gerente Geral dos restaurantes da UFRGS, Paulo Peres, 85 por cento do valor das refeições é subsidiado pela universidade. O fator qualidade para o gerente é definida como uma tarefa árdua para quem tem que atender, diariamente, um montante de 5200 refeições, sendo cerca de 2000 no RU do centro, e as restantes divididas entre os restaurantes da Agronomia e do Campus Vale.

A reclamação que é geral e indiscriminada se refere as grandes filas enfrentadas no RU da João Pessoa no horário do almoço. O gerente geral aponta o fechamento do refeitório do Campus Médico como o responsável pelo acúmulo de pessoas no refeitório central. Como as contratações de funcionários para as repartições públicas federais estão suspensas há mais de dois anos e também a grande defasagem dos salários dos funcionários fez com que um bom número destes trabalhadores trocassem seu emprego, havendo assim carência de mão de obra para a operacionalidade do refeitório do Básico. Além disto, reclama o Gerente, como a universidade compra tudo através de licitação, com prazos para pagamentos, existe uma resistência dos fornecedores para negociarem com preços pré-fixados. Paulo Peres dá o exemplo de fogões novos já adquiridos junto a empresa Wallig mas que não são entregues, porque a empresa sustenta que os preços não são mais os mesmos. A própria especulação dos gêneros alimentícios prejudica o trabalho dos restaurantes, pois os fornecedores se negam a entregar seus produtos com defasagem em seus lucros.

Segundo o próprio gerente geral dos restaurantes da UFRGS o custo do prato servido não é dos mais altos, se relacionados a outras universidades federais. Da como exemplo a universidade de Manaus, cuja refeição tem um custo de 35 cruzados, enquanto o custo da bandeja, na mesa, sai para UFRGS por 20,78 cruzados. No restaurante universitário da Pontifícia Universidade Católica do RS a bandeja tem um custo de 41,50 cruzados, o dobro do valor da refeição da UFRGS. Mas seu preço para o usuário é de 27,50 cruzados.

Carlos Kluwe

Currículo velho ainda vive

Quem imaginaria que a minúscula sala 301 da FABICO, com seus quatro metros quadrados, fosse se tornar um espaço sub-ocupado em horário de aula? Pois é exatamente isso que ocorre com a cadeira Projeto Experimental em Jornalismo II (Universidade), nas quintas-feiras pela manhã, quando se reúnem na sala 301 o professor Telmo Costa com o estudante Salvador Albarrán, único aluno regularmente matriculado nesta disciplina obrigatória do curso de Jornalismo.

A baixa densidade demográfica é a característica marcante desse oitavo semestre. No curso de Relações Públicas, três disciplinas foram canceladas porque não tiveram nenhum aluno matriculado. Em Publicidade e Propaganda, a média é de cinco alunos nas cadeiras do último semestre. No curso de Jornalismo, sete estudantes tentam fazer esse 3 x 4, cinco heróis executam o Projeto Comunidade e sete bravos pretendem realizar o Jornal Experimental. Isso sem falar no Projeto Universidade, cujo boletim previsto para o Centro Latino-Americano de Literatura Infante-Juvenil, que já tem verba garantida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), contará somente com o esforço de um aluno.

O deserto árido em que se transformou esse oitavo semestre tem uma explicação lógica: enquanto os estudantes que ingressaram na FABICO a partir de 1985 deliciam-se com as maravilhas do novo currículo, os que entraram até o segundo semestre de 1984 sofrem as agruras do "currículo em extinção". Com a implantação do novo currículo de uma só lambada, dentro da estratégia de impacto urdida pela Comissão de Carreira de Comunicação Social (COMCAR), os alunos antigos foram adaptados às novas disciplinas sob a sombra da Resolução número 010/85. Segundo esta resolução do COMCAR, os alunos que estiverem vinculados às habilitações do "currículo em extinção" deverão cumprir a carga horária e os créditos até o final de 1988. Vai daí que uma parcela da turma do primeiro semestre de 1984 formou-se no semestre passado mesmo, uma vez que a COMCAR facilitou a quebra de pré-requisitos para que os alunos se formassem logo, apressando o fim do velho currículo.

Esse semestre, porém, por uma estranha conjunção astral, alguns alunos que poderiam concluir o curso depararam-se com pré-requisitos inquebrantáveis — Planejamento Gráfico, Periódico II. Isso, a princípio levantou a suspeita de uma mudança de critérios, hipótese negada pela professora Maria Helena Weber, coordenadora da COMCAR.

A RESOLUÇÃO

Com certeza, vai ter acadêmico do velho currículo que não vai conseguir colar o seu grauzinho até o prazo previsto. A decisão sobre o que será feito dessa gente só será definida pela COMCAR no primeiro semestre de 1988. A professora Maria Helena Weber, a Milena, enxerga duas situações distintas e duas diferentes soluções: "Para o aluno que faltar poucas disciplinas, talvez a COMCAR prorrogue o prazo para mais um semestre. Já no caso do aluno que estiver muito atrasado, que ainda tiver de cursar disciplinas equivalentes ao terceiro e quarto semestres, ele automaticamente vai ter que passar para o currículo novo."

Já o professor Ricardo Silva, chefe do Departamento de Comunicação e ex-integrante da COMCAR, considera um direito adquirido do aluno que fez vestibular para um curso com um determinado currículo, concluí-lo nesse mesmo currículo. Na opinião do professor, os alunos que não conseguirem se formar até o final de 1988 vão ter que solicitar a matrícula na estrutura do velho currículo através de processo. "Por exemplo, o aluno que no final de 1988 faltar 12 créditos para colar o grau, se ele não se forma pelo currículo antigo, para ele se formar no novo faltariam 60 créditos. Claro que isso é um absurdo" avalia o professor Ricardo.

O NOVO CURRÍCULO

A medida em que o velho currículo vai se extinguindo, vão esvaziando as formaturas. No segundo semestre de 1986, foram 22 os estudantes a receberem o glorioso canudo que os transformou em jor-

nalistas, e 10 viraram profissionais da Publicidade e Relações Públicas.

No primeiro semestre de 1987, os formandos em jornalismo foram 16, e 3 em PP e RP. Nesse semestre, ainda não chegou ao Departamento a lista dos possíveis formandos, mas uma avaliação segura indica que não ultrapassará uma dezena.

Mas, enquanto o velho currículo agoniza, o novo promete arrebentar a boca do balão. Norteados pela "expressão de uma leitura da palavra Universidade e pela tentativa de somar a criação e a crítica", o Projeto de Reestruturação do Curso tem início em 1976, sendo organizado em 1982, dando-se a implantação em 1985. O novo currículo exige a participação direta do aluno na confecção do seu curso: um terço do currículo é de carga opcional, que o aluno pode montar de acordo com as suas áreas para permitir especialização. Enfim, o projeto tem suscitado o maior interesse, tanto que os membros da COMCAR participam de diversos congressos, painéis e seminários em todo o país e até no exterior para mostrá-lo. Na própria UFRGS, o projeto tem servido como modelo nas discussões para reformulação dos cursos de Medicina, Veterinária, Educação e Psicologia.

Segundo a professora Milena, "o currículo novo possibilita uma mudança e uma adequação sempre para melhor, com o último semestre dedicado aos projetos experimentais. Para isso, foi acrescentada no sétimo semestre uma disciplina chamada Organização de Projetos em Comunicação. Vai ser diminuída a carga horária nas disciplinas Seminários e Laboratórios. "Essas adaptações já se consegue fazer em função das críticas recolhidas nos Seminários de Avaliação, realizados desde 1985, todos os semestres", afirma Milena.

CRÍTICAS

Entretanto, nem tudo são confetes. Em manifestação dos alunos da disciplina Sistemas de Comunicação, em junho de 1987, e que consta em ata da COMCAR, eles reclamam que a maioria das cadeiras, com dois créditos de carga horária, não aprofundam mas apenas revisam os conteúdos.

Para a estudante Ana Carine, integrante do Diretório Acadêmico, o novo currículo, fechado em pré-requisitos, favorece a elitização do ensino, pois impede o estudante de conciliar a Faculdade com o trabalho. Em função disso, ela estima um prazo de até oito anos para se formar.

O estudante Delorgel Káiser, cursando o quarto semestre, lembra que, a exemplo de vários colegas, não conseguiu a matrícula na disciplina Introdução às Técnicas Fotográficas, importante pré-requisito, por falta de vagas. "No meu caso, vai atrasar até dois semestres o curso por causa dessa cadeira", lamenta, estimando um prazo de seis anos para concluir o curso.

"É muito difícil para o aluno equilibrar a profissão com o estudo na Faculdade", afirma Milena, coordenadora da COMCAR. "Acontece que têm variáveis que, no momento, nos impedem de montar o curso só num turno, beneficiando o aluno trabalhador: o espaço físico para as salas de aula, o número de salas de redação, o número de laboratórios, o número de professores e o número de alunos", explica. Para Milena, "todas as Universidades Federais devem repensar a relação do aluno que trabalha". Contudo, ela ressalta que está é uma questão geral, e não um problema do curso de Comunicação.

Quanto aos pré-requisitos rígidos, segundo trabalho da COMCAR apresentado no Seminário Internacional de Ensino em Porto Alegre em 1985, esse sistema "incentiva a formação de turmas estáveis ao longo dos semestres, o que favorece o convívio acadêmico e fortalece o próprio desenvolvimento do curso, num movimento de resistência a um dos objetivos da reforma universitária de 1968".

O estudante Káiser considera válido o novo currículo. "É por aí o caminho. O novo currículo é um avanço muito grande em relação ao que existia antes. O problema é adaptá-lo para a necessidade. Não adianta ter um currículo muito bonito, o mais avançado do país, e ser inviável porque deixar um monte de alunos de fora".

Gilmar Martins

O caderno de telefones

O jornalista não precisa de diploma de jornalista. O jornalista precisa é de três virtudes que não se cultivam em nenhuma faculdade de jornalismo: ser curioso, cético e comportar-se como um servidor público.

A única coisa que distingue o jornalista de qualquer outro profissional é que, por alguns instantes, o jornalista sabe de algumas coisas que ninguém mais sabe: só ele. O que define a função do jornalista é ter informação exclusiva, própria só dele. Ter um furo, para nós, é o objetivo máximo, a suprema realização — é a nossa Nona Sinfonia. Todas as outras atividades do jornalista são subalternas em relação à informação: o redator, o paginador, o editor, o editor de imagens — todos eles são indispensáveis, porém, menos indispensáveis do que o profissional que obtém a informação. E para obter informação é preciso ser obsessivamente curioso, indiscreto, bisbilhoteiro, quase fofoqueiro. E ninguém precisa entrar numa faculdade de jornalismo para ser curioso.

O ceticismo é indispensável porque, em princípio, todas as fontes mentem. Principalmente as fontes que, no Brasil, detêm cargos públicos: autoridades municipais, estaduais e federais; as atuais, os antecessores e os sucessores. A autoridade pública brasileira não tem o menor respeito pelo jornalista, ou seja, pela opinião pública. Se mentir ficar muito forte, podemos dizer que todas têm o hábito de praticar restrições mentais — que foi como Otto Lara Resende (que não estudou jornalismo) qualificou uma mentira do marechal Lott, no golpe do 11 de novembro de 1955. O ceticismo é a melhor proteção contra as mentiras que, em última análise, vão prejudicar o espectador, o leitor.

E o servidor público?

O genial Lord Keynes lamentava que os economistas fossem tão arrogantes, de nariz para cima, com mania de querer consertar o mundo. Ele gostaria que os economistas fossem apenas profissionais competentes anônimos, como os dentistas. Eu, modestamente, gostaria que os jornalistas também fossem como os dentistas e os servidores públicos — confiáveis e discretos. Não esses nossos funcionários, com vocação para marajá. Mas, servidores com a consciência de que o objetivo de sua curiosidade, refogada em ceticismo, é um só: servir. Divulgar informação é contribuir para que o cidadão de uma sociedade livre escolha melhor. Como eleitor, consumidor, contribuinte. E jornalista só serve para isso: ajudar o espectador e o leitor a enfrentar as permanentes ameaças à liberdade.

Para que a faculdade de jornalismo, então? Para nada. Não há nenhuma técnica em jornal, revista, rádio ou televisão que pessoas medianamente inteligentes não possam dominar em, digamos, quinze dias. E tendo como instrutor um profissional não necessa-

Quinta-feira, 17 de setembro

1endências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não têm direito de "recurso" e a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e a circulação de ideias e de reflexões sobre as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O caderno de telefones

PAULO HENRIQUE AMORIM



... precisa de di-
a. O jornalis-
virtudes que
uma facul-
ser curioso,
como um

... distingue o
ro profissio-
nistas, o
nas coisas
ele. O que
ista é ter
exclusiva,
uro, para
suprema
Sinfonia.
do jornali-
slação é
inador, o
— todos
m, me-
ofissio-
Eu, modestamente, gostaria que os
jornalistas também fossem como os
dentistas e os servidores públicos —
confiáveis e discretos. Não esses
nossos funcionários, com vocação
para marajá. Mas, servidores com a
consciência de que o objetivo de sua
curiosidade, refogada em ceticismo,
é um só: servir. Divulgar informação
é contribuir para que o cidadão de
uma sociedade livre escolha melhor.
Como eleitor, consumidor, contribui-
nente. E jornalista só serve para
isso: ajudar o espectador e o leitor a
enfrentar as permanentes ameaças à
liberdade.

... Para que a faculdade de jornali-
s-
mo, então? Para nada. Não há
nenhuma técnica em jornal, revista,
rádio ou televisão que pessoas
medianamente inteligentes não possa-

... há momentos em que o domínio
da técnica equivale a trabalhos de
arte. Tenho visto trabalhos de edição
nem em que canal (ão emocionan-
tes quanto algumas seqüências mais
ágeis) do Sam Peckinpah.

... Mas, não é numa escola de jorna-
lismo que vai se aprender tudo isso.
Jornalismo se aprende fazendo. A técnica
diz-se e a vida toda.

... Também não é verdade que as
escolas de jornalismo elevaram a
padrão dos profissionais. O padrão
teria melhorado com ou sem
escolas de jornalismo, por dois
bons motivos. Primeiro, porque
as empresas se tornaram mais pro-
fissionais e passaram a exigir pro-
fissionais melhores. Aumentou a
exigência. E, segundo, os salários
dos jornalistas melhoraram,
atraindo quadros melhores. (Sou
filho de um jornalista. Quando ele
recebeu a notícia de que o filho
também ia ser jornalista, fizesse
chuva ou sol, torceu a cara, como
se estivesse sabendo que o filho
tinha escolhido a profissão de coris-
ta, na Praça Tiradentes.)

... Desconfio até que as escolas de
jornalismo atrapalharam. Porque
ensinaram muita bobagem. Ao invés
de mandarem os alunos ler
"Os Sertões" ou "Casa Grande e
Senzala", recomendavam o
"Opera Aperta", do Umberto
Eco. (Que pode ser ótimo, mas
não ajuda a descobrir quem forne-
cia cocaína para o "Meio-

... "re-
ta", do
ótimo,
quem fi-
o-Quilo"
escolas
"espírit
profissio-
Eu ach-
ter, em s-
— assim
visão mai-
paz de div-
com outro
quê? Porq-
informaçã-
compartilh-
lo mais a
Jornalista
furo: E dar
coleguinhas
vo. Quem de
é enfermeira
E tem a
melhor pro-
comer. Não há
grandes órg-
ra nenhum a
jornalismo a. T-
—o que é a
respeito à lí-
nenhum: que
esse arcaísmo.
É f11 mem-
União e, sede d-
tous' Jo. Vou da
Ídolo s. Nenhum
comunicacão z

riamente especializado. A técnica, em jornalismo, é secundária: o importante é a informação passada, aí sim, com a boa técnica. E, olha, quem está dizendo isso é um profissional de uma média onde "the medium is the message" (na verdade, já não é mais tanto assim, no Brasil); e de uma empresa que tem um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente. Na verdade, há momentos em que o domínio da técnica equivale a trabalhos de arte. Tenho visto trabalho de edição no telejornalismo brasileiro (adivinhem em que canal) tão emocionantes quanto algumas seqüências mais ágeis do Sam Peckinpah.

Mas, não é numa escola de jornalismo que vai se aprender tudo isso. Isso se aprende fazendo. A técnica jornalística se aprende em quinze dias e a vida toda.

Também não é verdade que as escolas de jornalismo elevaram o padrão dos profissionais. O padrão teria melhorado com ou sem escolas de jornalismo, por dois bons motivos. Primeiro, porque as empresas se tornaram mais profissionais e passaram a exigir profissionais melhores. Aumentou a exigência. E, segundo, os salários dos jornalistas melhoraram, atraindo quadros melhores. (Sou filho de um jornalista. Quando ele recebeu a notícia de que o filho também ia ser jornalista, fizesse chuva ou sol, torceu a cara, como se estivesse sabendo que o filho tinha escolhido a profissão de corista, na Praça Tiradentes.)

Desconfio até que as escolas de jornalismo atrapalharam. Porque ensinaram muita bobagem. Ao invés de mandarem os alunos ler "Os Sertões" ou "Casa Grande e Senzala", recomendavam o "Opera Aperta", do Umberto Eco. (Que pode ser ótimo, mas não ajuda a descobrir quem fornecia cocaína para o "Meio-

Quilo"). E tem outro motivo: as escolas de jornalismo criaram um "espírito de corps" incompatível com a profissão.

Eu acho que o jornalista (o repórter, em suma) deve ser um solitário — assim como Lone Ranger, numa visão mais romântica. Egoística. Incapaz de dividir o fruto de seu trabalho com outros companheiros. Sabe por quê? Porque o bom jornalista vive de informação. E informação não se compartilha nem com a mãe. (Quanto mais a fonte de informação!) Jornalista de patota não gosta de furo. E dar furo é querer ganhar dos coleguinhas. O repórter é competitivo. Quem deve ter "espírito de corps" é enfermeira.

E tem a velha história de que a melhor prova do pudim é na hora de comer. Não há na direção dos grandes órgãos da imprensa brasileira nenhum jornalista de escola de jornalismo. Todos têm curso superior — o que é sempre recomendável, em respeito à língua — mas, não sei de nenhum que tenha se submetido a esse arcaísmo.

É a mesma coisa nos Estados Unidos, sede do melhor jornalismo do mundo. Vou dar dois exemplos, meus ídolos. Nenhum dos dois estudou comunicação. Filhos de famílias pobres, não conseguiram passar do curso de inglês, numa faculdade pública. Um é Ed Murrow, o primeiro grande repórter da televisão americana, aquele que, com uma matéria, mandou o senador McCarthy de volta para casa. E o "Abe" Rosenthal que, por vinte anos, foi editor do "The New York Times".

Em respeito à obra dos dois quero concluir dizendo que o que falta aos jornalistas brasileiros é um bom caderno de telefones — não é escola de jornalismo.

Paulo Henrique Amorim

Alberto Dines:

Sou intransigente defensor do diploma

Na última vez que veio a Porto Alegre o jornalista Alberto Dines, secretário editorial da Editoria Abril, falou sobre jornalismo em geral ao repórter André Pereira, do Diário do Sul. É dessa entrevista o trecho que o 3 x 4 reproduz e que mostra a opinião de Dines sobre a necessidade de jornalistas formados em escolas de jornalismo.

DS — Você mencionou, de passagem, a péssima formação universitária do jornalista. Isto significa que você é contra o diploma?

Dines — De maneira alguma. Ao contrário, sou um intransigente defensor do diploma de curso superior de Jornalismo. A péssima formação universitária é um fato facilmente constatável. A nossa universidade, de maneira geral, e em particular a de Jornalismo, tem poucos professores que sabem o que dizem, tem escassez de equipamentos e, o pior, não tem uma visão profissionalizante da profissão. Os professores e diretores são apenas um bando de pessoas que jogam uma série de conhecimentos desnecessários na cabeça do estudante. Por exemplo, a Editora Abril, onde trabalho, emprega 600 jornalistas em suas revistas. Mas só uma faculdade, em Brasília, tem a cadeira do estudo de revistas. Então, a universidade não é voltada nem para o mercado, nem sequer para o leitor. É só joguete de infantilidades ideológicas. Mas defendo o diploma, porque se ele não for legalmente exigido, as redações vão se transformar em nichos de parentes dos patrões. O diploma, na minha opinião, que pode até ser chamada de casuística, oxigena a escolha dos candidatos a jornalistas que chegam em uma redação procedentes de variados segmentos sociais e econômicos, obrigando os patrões a contratá-los.

DS — A Folha de São Paulo, na qual você trabalhou, fez uma verdadeira campanha contra o diploma. O que motivou isto seria uma mera pretensão de empregar parentes?

Dines — Aquilo foi um trabalho sujo da Folha, onde o patrão

não tem diploma, e nem precisaria ter. Mas foi uma campanha tão anti-ética que resolvi incluir uma espécie de emenda ao livro "O Papel do Jornal", que é de 1974, nas duas edições mais recentes, a quarta e a quinta, onde defendo intransigentemente o diploma. Estou na lista negra da Folha hoje, mas não apenas por isto. Desde que fiz a crítica dos jornais, me tornando um crítico, ou auto-crítico da imprensa, fui penosamente castigado, me incompatibilizando com colegas de algumas camadas de chefias e patrões. Penei um longo período de desemprego até ir para a Abril em 1982, onde seu hoje diretor editorial adjunto das revistas, com exceção de Veja, que é um projeto à parte dentro do grupo.

DS — Mas isto não foi novidade para você. Ao sair do JB em 72 ou 73, você também ficou sem emprego...

Dines — Sim, no final de 1973, as portas se fecharam para mim. Antes os empregadores acenavam com salários em dólares e, de repente, como por milagre, não tinha mais lugar para mim. Aí fui para os Estados Unidos trabalhar em seminários como professor assistente. Em 1975, o Cláudio Abramo, que transformou completamente a Folha de São Paulo executando uma reforma profunda, dando-lhe cara de jornal sério, com uma linha editorial definida, me convidou para fazer a crítica aos meios de comunicação, que exerci diariamente até 77. No período seguinte escrevi o livro "A Morte no Paraíso", com a história de Stephan Zweig, e também escrevi no Pasquim. Há cinco anos estou na Abril.

André Pereira

Foca vem aí

Um grupo de estudantes de Comunicação reuniu-se durante as férias de inverno e montou um jornal alternativo às publicações curriculares, o FOCA, onde qualquer estudante pode, **sem pré-requisitos**, participar com textos, fotos ou na diagramação e montagem.

O número 0 do jornal FOCA foi lançado dia 10 de setembro com uma festa no Bar-Vídeo Armação, festa que causou um pequeno prejuízo financeiro que foi gentilmente coberto pelo Diretório Acadêmico. A periodicidade do jornal ainda não está definida devido a insegurança financeira, mas provavelmente, por causa do seu tamanho e aos custos menores, será mais freqüente que o 3 x 4 ou outras publicações.

Derrotada emenda Fernando Gasparian

Foi rejeitada no Congresso Nacional, por 79 votos contra sete, a emenda do deputado Fernando Gasparian que propunha a extinção do diploma para os cursos de jornalismo. Gasparian queria que fosse livre o exercício das profissões ligadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes.

Junto com Gasparian, votaram a favor dessa emenda os deputados Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Severo Gomes do PMDB de São Paulo; José Paulo Bisol de Rio Grande do Sul, Konder Reis de Santa Catarina e José Richa de Paraná. Derrotada a emenda, fica estabelecido na constituição que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir".

Para Boris Casoy da Folha de São Paulo, único jornal abertamente contra a exigência do diploma presente na votação, "foi a falta de coragem dos membros da Comissão de Sistematização, aliada à violência exercida sobre os parlamentares, que derrotou um destaque que tornaria livre o exercício da profissão do jornalista no Brasil". Sobre a "violência a parlamentares", Casoy acusa Armando Rollemberg, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ.

São duas as qualidades que asseguram ao profissional o acesso à carreira e a sua permanência no mercado: talento e competência. Contudo, segundo Bóris Casoy, "a regulamentação da profissão de jornalista continua protegendo um grupo de pessoas de formação técnica geralmente duvidosa, mas que, próximo do poder e por força de brutal repressão exercida sem nenhum escrúpulo, reservou para si todo um mercado de trabalho."

Mais conformado, João Batista Natali, também da Folha de São Paulo assegura que embora derrotada a emenda, o princípio de liberdade profissional não está definitivamente excluído da futura constituição, já que poderá ser repautado em outubro quando o substitutivo, agora em elaboração, for submetido ao plenário do Congresso Constituinte". Mas para ser aprovada, uma emenda exigirá esta vez a adesão de 280 deputados e senadores.

Folha contra o diploma: contradição profissional

O editorial da Folha de São Paulo do dia seguinte à rejeição da emenda Gasparian pela Comissão de Sistematização da Constituinte acusa os deputados que votaram pela continuidade da lei que regulamenta a necessidade de diploma de jornalista de terem consagrado um atraso histórico.

Para a Folha de São Paulo, a decisão consagra a corporação, "mas não só a estreiteza corporativista, medíocre e de corte autoritário, mas também a covardia política e o gangsterismo como método de persuasão no âmbito do Congresso Constituinte". O que soa no mínimo estranho para um jornal que tem utilizado todos os métodos disponíveis para combater as escolas de comunicação. Na própria Constituinte, no dia da votação da Emenda Gasparian, uma das figuras de mais notoriedade no plenário era do enviado especial da Folha, jornalista Bóris Kasoy.

Kasoy foi lá como lobbista da Folha — e tinha o direito de ir até lá com essa missão. O que não ti-

na o direito de fazer era negar aos jornalistas que defendem ponto de vista diferente do seu a defesa de seus princípios. Ou então a democracia que ele tanto defende quando argumenta contra o diploma só vale para um lado, o seu?

Nesse mesmo editorial a Folha faz um ataque frontal às escolas de comunicação, atribui ao diploma a condição de "documento fetichizado" e coloca como coisas antagônicas a realidade de uma empresa e o acadêmico e seus conhecimentos.

O esforço do editorial em tornar seu texto convincente esbarra em sua própria contradição. O parágrafo central começa acusando, "as empresas de comunicação ficam impedidas de recrutar no mercado de trabalho os indivíduos que considerem mais equipados intelectual e culturalmente", e encerra com a seguinte constatação: "O aprendizado de técnicas jornalísticas é, por si só, insuficiente". O erro ou contradição está em defender "recursos humanos de alta

Segundo Natali, a proposta derrotada foi, em termos regimentais, apresentada sob forma de pedido de destaques para que se tornasse a redação do primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral. "Ela estipulava que a lei só estabelecerá regime de exclusividade para profissões que, sem uma qualificação específica, representassem um risco a coletividade".

ORADORES NA TRIBUNA

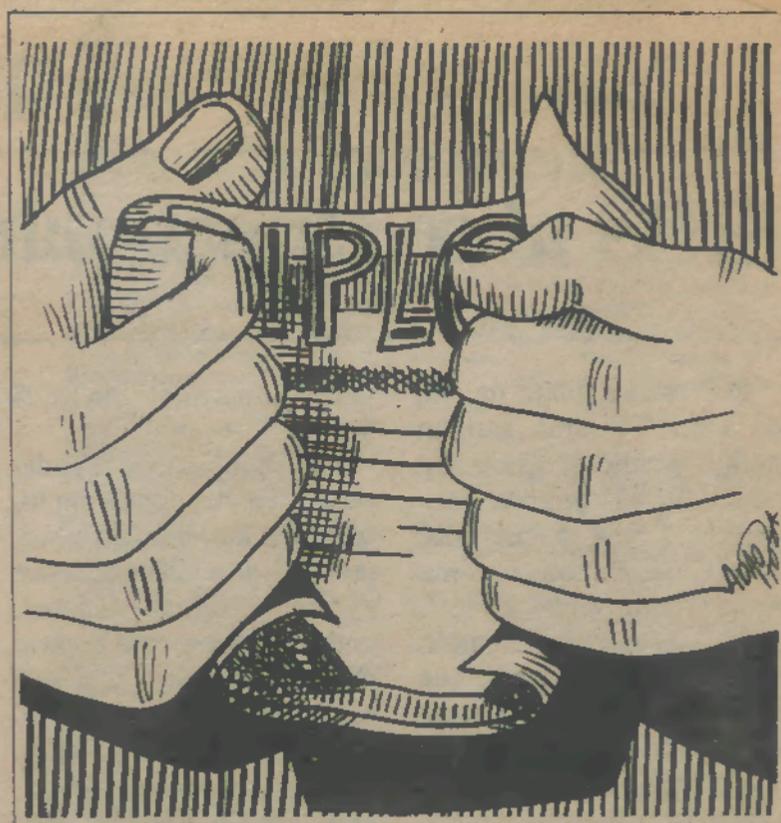
Quando Gasparian falou na tribuna para defender a extinção do diploma, solidarizou-se com os jornalistas, "sujeitos a grandes dificuldades e pressões", mas criticou a exigência do diploma específico: "se o mesmo absurdo vigorasse na França, Sartre não poderia lecionar filosofia sartreana na Sorbonne", diz ele, afirmando ainda que Le Corbusier não era formado em arquitetura.

Para contra-argumentar, toma a palavra o deputado Antonio Brito. Afirma que em nome do princípio da boa qualidade do texto constitucional, a questão deve ser relegada à legislação ordinária. E denuncia os "interesses corporativistas" entre os defensores da abolição do diploma obrigatório.

A terceira oradora, Cristina Tavares, defende o diploma em nome da "Ciência das Comunicações" e exorta o plenário a rejeitar o destaque "mesmo ao custo de represálias da TV Globo e da Folha de São Paulo. Por último Artur da Távola defende o diploma por considerá-lo próprio ao jornalismo moderno que se opõe ao estilo praticado no passado por "profissionais boêmios".

No final da votação, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, fez as seguintes declarações: "São legítimas as pressões exercidas durante toda a polêmica em torno da obrigatoriedade do diploma". Disse também ser natural que os repórteres credenciados no Congresso se mobilizem como profissionais, "segundo suas susceptibilidades".

Salvador Albarran



Grau universitário deve ser mantido

A polêmica em torno da extinção do diploma para jornalistas parece, finalmente, estar chegando ao fim. Com a retirada do artigo do substitutivo de Bernardo Cabral que previa o fim da exigência de curso superior para o exercício do Jornalismo, se encerra uma discussão iniciada há mais de um ano, na ocasião em que esta proposta foi apresentada pela primeira vez no anteprojeto da Constituição. Derrotada, ela voltou a surgir na Comissão Temática com o senador José Paulo Bisol e, agora pela terceira vez, no parágrafo 10 do artigo 6º do Projeto Constitucional, onde ficava estabelecido que a lei não poderia impedir o livre exercício das profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes.

De acordo com esse artigo, não seria mais necessária formação universitária para o exercício da profissão de jornalista. Para Remi Baldasso, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas, é uma grande ingenuidade afirmar que, com esta medida, haveria uma democratização da comunicação. "Os veículos não são serviços públicos, são empreendimentos comerciais, empresas com a intenção básica de ganhar dinheiro. A comunidade continuaria sem espaço para se expressar". E vai mais além. Para ele, se o jornalista cumprisse realmente o seu papel social de informar e tivesse ampla liberdade para divulgar os fatos independentemente da opinião política do proprietário do veículo em que trabalhasse, aí sim haveria democratização da comunicação.

Um exemplo disto, segundo Baldasso, são as declarações em defesa da preservação do diploma feitas pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, na audiência que teve com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Em alguns jornais, sequer foram mencionadas, outros, publicaram apenas algumas linhas criticando certos aspectos, sem reproduzir o conteúdo global.

O ex-presidente do Sindicato cita também o fato do Jornal Nacional não ter se referido, na sua edição do dia 19 de agosto deste ano, à greve geral que aconteceria no dia seguinte. Esta omissão, de acordo com Baldasso, representa a crise ideológica existente na imprensa atual.

CRISE

Mas a restrição não é o único problema da imprensa brasileira. Há também o aumento dos custos das empresas jornalísticas, o arrocho salarial dos profissionais e a redução dos anunciantes. Aliás, não é só a

imprensa nacional que enfrenta crise. Os jornais norte-americanos consideraram 1985 o pior ano dos últimos quinze em termos de faturamento. Os jornais argentinos se queixam de baixas tiragens, sem falar no Times, que já fechou suas portas várias vezes.

Aqui no Rio Grande do Sul, houve o fechamento recente de importantes jornais de rádio e TV. Cerca de 200 profissionais da área foram demitidos, acarretando redução de vagas no setor jornalístico. E, justamente numa época em que sobram diplomados, surge a proposta de extinguir o diploma.

Segundo Sérgio da Costa Franco, jornalista não diplomado, o fim da obrigatoriedade do curso superior para exercer o Jornalismo, seria uma regressão no tempo. "A crescente complexidade dos meios de comunicação incompatibilizou o ofício com a pura improvisação", diz. E acrescenta: "no momento em que existem Universidades, deve haver, é justo, uma reserva de mercado. Caso contrário, voltaria a velha instituição do foca".

UNIVERSIDADES

Esta medida, de acordo com Sérgio da Costa Franco, determinaria o aviltamento da remuneração dos jornalistas em função da abertura da oferta de mão-de-obra barata e desqualificada. Compartilha da mesma opinião Remi Baldasso, que acha que com isto a classe jornalística, que durante mais de trinta anos lutou para ter sua profissão regulamentada, veria suas conquistas irem por água abaixo.

Para ele, inclusive, a faculdade é necessária porque, além do aperfeiçoamento técnico, talvez seja o único lugar que dê oportunidade de discutir abertamente a real função da informação.

Sobre este assunto, o jornalista e professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Telmo Costa, acredita que os cursos universitários desta área vêm apresentando melhorias e, caso os constituintes achem o contrário, que destinem mais verbas, ajam no sentido de elevar o nível da Educação, e não simplesmente terminem com ela.

Segundo Baldasso, a discussão em torno da liberdade de expressão só teria sentido se toda a estrutura da imprensa fosse reformulada. Para ele, só haveria uma real democratização da comunicação "se nós vivêssemos numa sociedade diferente, em que houvesse uma preocupação muito maior com a qualidade da informação".

Mirela Mainieri

Carlos Kluwe

TELEVISÃO

RBS abre espaço para pequenos anunciantes

De repente, pinta na tela da RBS TV uma gatinha muito manhosa, que solta essa: "Retrô, yuppie, vanguarda... Seja o que você for, você é. Butique É. Uma roupa para cada estilo". Pois este é um exemplo dos anúncios comerciais que a partir de julho começaram a ser veiculados pela RBS TV, em blocos denominados Classivideo.

"O Classivideo surgiu da necessidade de ampliar mercado, provando para nós mesmos, e para o meio publicitário em geral, que o pequeno anunciante podia frequentar a televisão, desde que dentro de certos parâmetros", explica o diretor do Departamento Comercial da RBS TV, José Maurício Pires Alves.

O parâmetro que faz do Classivideo quase uma loteria para o anunciante é a indefinição de horário: o comercial não tem hora certa para entrar na programação. A única garantia de horário oferecida aos anunciantes é que, durante um mês, entrarão quatro comerciais de 12 segundos entre às 18h e 1h, quatro entre às 14h e 18h, quatro entre às 12h e 14h e quatro entre às 7h e 11h, a

um custo total de Cz\$ 34.220.

Isso significa que a padaria do seu Zé, por exemplo, pode ter um anúncio visto, por 80% da audiência, se sair durante o Jornal Nacional, onde um cliente com horário determinado paga Cz\$ 600 mil por um comercial de 30 segundos. Seria a quina da loto para o seu Zé. Mas o honesto padeiro também pode ver seus quatro anúncios noturnos saírem em horários menos nobres, como as 23h ou 24h, com audiência drasticamente menor. De qualquer modo, para a padaria do seu Zé sempre será um grande público. Segundo José Maurício, "o anunciante pequeno não necessita de tão grandes audiências, até porque, se ele a tiver, não vai conseguir atender a demanda".

LUCRO

Cada intervalo durante a novela possui 210 segundos de duração. O comercial padrão tem 30 segundos, o que possibilita sete comerciais no intervalo. O anúncio do Classivideo possui 12 segundos, sendo composto num bloco de dois anúncios, tota-

lizando 30 segundos com as vinhetas, ou quatro anúncios, num total de um minuto, sendo colocado sempre no final do intervalo.

Mas até os menos selvagens capitalistas devem estar se perguntando "por que diabos inserir, durante a novela das oito, comerciais desses nanicos, que pagam uma micharia, quando um grande anunciante ocuparia esse espaço por um preço 100 vezes maior?" Quem responde é o diretor do Departamento Comercial da RBS TV: "O Classivideo é inserido quando há espaço disponível e, claro, se esse encaixe for preenchido por um cliente com determinação de horário, o Classivideo vai ter que sair". José Maurício afirma que a RBS TV não está procurando lucro com Classivideo, mas apenas oportunizando a entrada de novos clientes. "Nós não queremos que o cliente fique sempre com o Classivideo. Ele serve como uma ponte para o pequeno anunciante".

ORIGEM

Há uns dois anos, surgiu na RBS TV o pioneiro Plano do Pequeno Anunciante

(PPA). Ocorreu com o PPA a afluência de grandes empresas que se diziam pequenos anunciantes, e aí se modificou o nome para Oportunidades em Tevé, evoluindo até o Classivideo. O plano assim denominado apareceu primeiro na Rede Globo em Rio-São Paulo e, antes de ser implementado em Porto Alegre, passou por um período de experiência na RBS TV de Cruz Alta.

Embora já tenha clientes de porte, como a auto-locadora Unidos, anunciando no Classivideo, o diretor José Maurício não crê na possibilidade de acontecer agora o mesmo problema do Plano do Pequeno Anunciante porque "o grande anunciante está preocupado com o atingimento da sua mensagem e a conseqüente qualificação do público, o que só um planejamento de mídia com horários determinados pode oferecer".

Está previsto para os próximos meses uma segmentação do Classivideo, a exemplo do que já existe na Rede Globo no centro do país, dividindo os blocos de anúncios por áreas, como Classimoda, Classiconstrução, Classiturismo, etc.

QUALIDADE

Atualmente, a maioria dos comerciais do Classivideo são produzidos por agências de propaganda, propiciando uma qualidade maior do que a verificada na fase inicial, quando a maior parte dos anúncios provinha de clientes sem agência, que criavam seus próprios comerciais. Tal situação gerou anúncios ridículos, deficientes tecnicamente, apresentando imagens fora de foco e fora de quadro. Um choque frontal com o padrão Globo de qualidade. "Nós tiramos salto alto e brinco", analisa, bem-humorado, José Maurício.

A fim de solucionar esse problema, foi criado, através da RBS Vídeo, um plano econômico de produção para esses comerciais. Na opinião de Sada Vargas, da coordenação do Classivideo, "o controle de qualidade não deve partir só da emissora, mas dos próprios anunciantes". O que só será possível na medida em que os nanicos se habituarem ao estilo da poderosa mídia, vestindo uma roupa adequada. Que tal uma passadinha na Butique É?

Cinema brasileiro na telinha

O cinema brasileiro está em alta na programação televisiva gaúcha. Duas emissoras daqui de Porto Alegre, sendo que uma está para apresentar e outra já iniciou — TV Educativa e TV Guaíba, respectivamente — a exibição de filmes nacionais que vão desde "A Hora da Estrela" até "Kung Fu Contra as Bonecas".

No caso da TVE, só falta um apoio cultural local para iniciar a programação. É que a TV Cultura, de São Paulo, comprou da Embrafilme um lote de dez longas-metragens para serem exibidos até o final do ano. Constam deste pacote: "A Revolução de 30", de Sílvio Back; "Abridas", de Reynaldo Volpato; "O Bandido da Luz Vermelha", de Rogério Sganzerla; "Coronel Delmiro Gouveia", de Geraldo Sarno; "Filme Demência", de Carlos Reichembach; "A Grande Cidade", de Cacá Die-

gues; "Janete", de Chico Botelho; "A Hora da Estrela", de Suzana Amaral; "Doramento", de João Batista de Andrade; "Ladrões de Cinema", de Fernando Campos.

A partir desta programação, a TV Educativa, que não tem grande projeção, visa abrir novos canais para mostrar o cinema brasileiro. A idéia é, segundo o diretor de programação da emissora, Luís Eduardo Crescente, promover, junto com os filmes, debates com a participação de cineastas e críticos.

A TV Guaíba, por sua vez, estreou em três de julho a sessão Cinema Brasileira na TV. Estão sendo exibidas todas as sextas-feiras, às 23h50min, e reprisadas sempre às terças, no mesmo horário, pornochanchadas no limite do sexo explícito.

São 36 longas-metragens com títulos co-

mo "Os Imorais", "Sabendo Usar Não Vai Faltar", "As Cangaceiras Eróticas", "A Gata Devassa", "Seduzidas Pelo Demônio, entre outros, que fazem parte do pacote da distribuidora Cine TV. A maioria são produções da Boca do Lixo paulista realizadas na década de setenta, e o título muitas vezes é mais picante que a história.

A exibição destas pornochanchadas é uma estratégia da emissora para aumentar o índice de audiência. Segundo o gerente de programação da Guaíba, João Ritter, este é o tipo de filme que as pessoas procuram na televisão, apesar de não admitirem. Na sua opinião acontece o mesmo com os programas ditos de baixo nível, como Silvio Santos, Gugu, Chacrinha. "Os telespectadores dizem não assisti-los, mas na verdade todo mundo vê. Além disso, a maioria das produções nacionais são nesse estilo e lotam os

cinemas, portanto, deverão render audiência na TV".

A comercialização está dividida em quatro cotas de patrocínio de 45 mil cruzados cada, adquiridas pela Bardhal, Lojas Tevah, A Soberana dos Móveis e Acessórios Bepo. De acordo com o departamento de pesquisa da TV Guaíba, a audiência melhorou bastante após a estréia da sessão Cinema Brasileiro, atingindo de 2 a 3 pontos do Ibope no horário das 23 horas.

Com objetivos diversos — seja ajudar a divulgar o cinema brasileiro ou, simplesmente reagir contra o Ibope zero nas pesquisas de audiência — as emissoras resolveram apostar na produção cinematográfica nacional. São duas opções de programação, cabendo ao telespectador escolher qual irá prestigiar.

Pés descalços: uma opção pela medicina alternativa

Em janeiro de 1985 surgiu, em Porto Alegre, a idéia de reunir pessoas em torno de um ideal de vida alternativa, onde hábitos saudáveis levassem a um estado de equilíbrio físico e mental. Desde então, essas pessoas — algumas da área médica — vem tentando resgatar hábitos de alimentação e terapias naturais, que foram esquecidos ou substituídos por outros artificiais e agressivos ao ser humano.

O objetivo do grupo, chamado de "Médicos Pés-Descalços", é promover, através de encontros, a divulgação de técnicas naturais como acupuntura, homeopatia, macrobiótica, do-in e outras. A coordenação das atividades é feita por um número variável de dez ou doze pessoas, conforme a disponibilidade dos participantes. Os encontros acontecem no último domingo de cada mês no auditório do Colégio Militar, pois o Araújo Viana, onde eram realizados antes, não tem condições de ser utilizado em dias de chuva.

O nome "pés Descalços" não é uma alusão ao programa de saúde pública da China pós-revolução. Segundo a bióloga Lúcia Sanchotene, coordenadora do que ela prefere chamar de movimento, o nome vem da citação de um sábio chinês: "conecta-te com a terra e estarás conectado contigo mesmo". Para entrar em conexão direta com a terra e com a energia que dela emana, é preciso afastar a barreira dos calçados. Daí o nome.

Durante os encontros, casas de produtos naturais fornecem lanches, que são vendidos com a finalidade de obter dinheiro para a correspondência do grupo. Essa correspondência, de acordo com Lúcia, serve de apoio aos iniciantes, que estão tentando substituir seus hábitos convencionais por outros mais saudáveis. Essas pessoas sofrem pressões no ambiente onde vivem e precisam sentir que não estão sozinhas.

"NÃO SOU ADIVINHO"

O principal palestrante do encontro de setembro é frei Homero, um "especialista em ervas", se-

gundo ele próprio. Estudando plantas desde os onze anos de idade, afirma que receita seus chás de acordo com as informações fornecidas pelo próprio paciente. Atende em torno de 600 pessoas por semana, baseado unicamente na prática adquirida em muitos anos de experiência. Diz que acredita em Deus e no poder mental, mas que "apesar do que o povo comenta, não sou adivinho":

Frei Homero alerta sobre o perigo de utilizar produtos naturais de origem duvidosa. Segundo suas próprias pesquisas, encontram-se componentes estranhos e até artificiais em muitos desses produtos. Além disso, o uso abusivo de ervas



pode provocar até mesmo a morte. Conta que na Rússia o confrei é consumido indiretamente, através de derivados de animais alimentados com a planta, enquanto aqui é usado de maneira indiscriminada. Após ter feito experiências, com animais, concluiu que, o confrei cria danos irreversíveis à saúde e leva à morte em período relativamente curto.

A participação da platéia de 100 pessoas é grande. Frei Homero responde a dezenas de perguntas, pede desculpas por não ter provas científicas para responder a outras e encerra a palestra sob protesto generalizado. Segundo a coordenadora do grupo, a participação dos presentes sempre é muito grande, apesar do número reduzi-

do de pessoas que freqüentam os encontros.

OBJEÇÕES

Apesar de conviver pacificamente com a medicina convencional, os terapeutas naturalistas do Estado não têm reconhecimento oficial do Conselho Regional de Medicina e não possuem associação de classe. Poucos médicos de formação tradicional arriscam fazer comentários a respeito da medicina alternativa.

José Carlos Fedrigo, pediatra de formação alopata, não descarta a medicina natural como alternativa mais acessível às posses da população, embora tenha inúmeras críticas. Na sua opinião, falta seriedade aos médicos que utilizam técnicas naturais, pois estes oferecem resistência a comprovar cientificamente seus métodos. José Carlos mostra-se reticente quanto à homeopatia que, segundo ele, é inofensiva, pois "até mesmo um ácido letal administrado em doses homeopáticas é inácuo". Aponta uma certa radicalização entre os naturalistas na defesa de seus métodos e uma "paranóia de perseguição".

Lúcia Sanchotene rebate as afirmações do médico dizendo que a acupuntura já é prática usual, aceita oficialmente, e até hoje ninguém conseguiu provar a existência dos meridianos do corpo humano, nos quais essa ciência se baseia. Lúcia, que trabalhou durante quatro anos em pesquisa científica, acredita que o método científico é fruto de uma visão ocidental muito restritiva e, dificilmente, pode ser aplicado a técnicas que trabalham com energia mental.

A coordenadora do grupo dos "Médicos Pés Descalços" vê preconceito nas críticas. Afirma que ele é reforçado pelo grande espaço que as multinacionais da alimentação e da saúde ocupam nos meios de comunicação. Na sua opinião, a publicidade faz as pessoas perderem o senso crítico e cria círculo vicioso, do qual é difícil sair.

Dulci Naara Emerim

Fábio Costa Dias: uma vítima das construtoras

Conheci Fábio em 1984. O bar da Faculdade era o ponto de reunião. Por essa época a moda era as eleições diretas, o problema dos sem-terra, a lei Calmon. Discutíamos candidaturas e partidos políticos, mas ele não militava em nenhum. Havia divergências, é claro, mas não eram de fundo. Lembro-me bem, ele dizia: "Não sou apolítico, mas não gosto de política, ela está cheia de corruptos; eles lá cima e o povo sempre na merda".

Por problemas econômicos, abandonei a faculdade. Voltei no primeiro semestre deste ano. A turma do bar havia aumentado, quase todos formados. Fábio parecia mais maduro, com mais disposição e compromisso. Há quase um ano trabalhava na Justiça do Trabalho. Um dia cheguei cedo demais à faculdade, a turma estava ali, no bar da Lena. A idéia era colocar anúncio no elevador na procura de alguém para dividir apartamento pois o colega, Rui

D'Agostini, estudante de jornalismo da Famescos, tinha se mudado para o apartamento da irmã dele. Além do mais, o dinheiro se encurtava e o aluguel, aumentava novamente. "Magrão, me diz o Fábio, deixa comigo que eu abraço esse apartamento". Começava a ter sua vida independente.

Tudo aconteceu no apartamento 804 da Rua Sofia Veloso 46, na Cidade Baixa no dia 8 de agosto. Era inverno, muito frio, as janelas fechadas. Entrou no chuveiro e tomou banho provavelmente demorado. Na falta de oxigênio sentiu-se mal, saiu e seguradamente muito tonto não deu tempo de ir até a janela, apenas atinou chegar na cama e se deitou. Jamais levantaria.

Segundo o laudo do Instituto Médico Legal a causa da morte foi asfixia e intoxicação de monóxido de carbono. Mais de dois meses se passaram, mas até hoje não houve nenhuma ação eficiente por parte das autoridades para elucidar este acidente e punir os responsáveis.

Procuramos informação sobre as partes envolvidas. Fomos na Prefeitura, na Secretaria de Obras e Viação, na Imobiliária, na Fundação de Ciência e Tecnologia e no síndico; mas ninguém quis informar qual foi a construtora do prédio, os engenheiros das obras e a empresa que instalou os aquecedores a gás nos apartamentos. A SMOV diz que só é responsável pelo "habite-se" e a vistoria do prédio.

A pedido da SMOV, a CIENTEC realizou vistoria rigorosa. Foi conferida a velocidade do ar junto aos ventiladores do prédio e junto às telhas de ventilação localizadas nos banheiros e cozinhas dos apartamentos. Conferiu também a medição de corrente elétrica no quadro de força dos ventiladores, e detectou falhas nos exaustores e entupimento nos dutos de gás.

O Secretário de Obras e Viação, Wilton Araújo, determinou a imediata interdição dos aquecedores a gás dos 32 apartamentos do prédio "até que o sistema de ventilação mecânica seja reparado e possa apresentar bom funcionamento". Mas a quem compete a fiscalização para que esta determinação seja cumprida?, ou melhor, que autoridade autorizou a instalação de aquecedores a gás dentro dos banheiros numa área de 3m², o que é proibido por lei? A própria SMOV se nega a responder. Diz que esse não é problema deles e argumenta que agora qualquer acidente, será responsabilidade do síndico e dos próprios moradores.

O problema é que até hoje o perigo continua: Como foi constatado, o gás central não foi desligado do prédio e os chuveiros continuam funcionando "normalmente". Entretanto, a família e advogados do ex-colega iniciaram seu trabalho. Não pararão, garantem, até que as autoridades responsáveis sejam punidas criminalmente para que estes fatos não se repitam. "Já iniciamos processo contra a empresa que instalou os aquecedores a gás no prédio", diz Nilson Costa Dias, pai do Fábio.

Salvador Albarrán



Prédio na Sofia Velos: criminoso sem castigo

Em estudo o projeto da Universidade Estadual

Tradicionalmente, o ensino brasileiro em sido pouco apurado, carecendo de merecido incentivo para uma melhor qualificação. Embora o Estado seja o maior responsável pela formação educacional, a maior parte dos estudantes estão nos estabelecimentos privados.

No decorrer dos últimos anos, institutos e entidades particulares, inclusive de pessoas físicas, se juntaram na difusão do ensino, mantendo sempre o Estado à margem do controle educacional, o que tor-

nou um negócio rentável, muitas vezes, além de limitar a qualidade, legando apenas o que mais convinha para seus interesses.

Qual é o papel do Estado? Não seria dele a responsabilidade pelo crescimento educacional? Não cabe ao Estado primar por uma educação que proporcione um desenvolvimento sócio-econômico-político mais sólido em benefício das classes mais necessitadas?

Para o deputado Erani Müller, autor do

projeto que autoriza a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, "o Estado deve procurar adequar a educação às suas peculiaridades e oferecer condições de formar homens livres e participantes na criação de uma sociedade independente. Cabe ao Estado criar estrutura para englobar todos os segmentos sociais, sobre tudo aqueles menos favorecidos economicamente como filhos de operários e agricultores, que com poucos ganhos, estão impossibilitados de freqüentar uma universidade pelo fato do ensino estar voltado à classe dominante".

O ensino da Universidade proposta por Müller deverá ser gratuito; segundo ele, para atender prioritariamente aqueles que até hoje, de baixos recursos, não conseguem graduar em algum curso superior

no setor agropecuário e no setor industrial. "Na educação agrícola o quadro de deficiências atinge quase o extremo e no setor industrial o quadro é ainda mais desolador, registrando-se a ausência quase que absoluta de mão-de-obra especializada", assegura.

Para suprir estas deficiências, o deputado Erani Müller propõe que os cursos de extensão agrícola, pecuária, e industrial da nova Universidade (o projeto já está nas mãos do executivo), sejam estabelecidos em regiões de maior incidência produtiva nestes setores; os demais cursos superiores deverão ficar nos centros urbanos, para que possam atingir um maior número de pessoas.

Müller justifica a criação da Universidade Estadual da seguinte maneira: "esta-

mos por demais atrasados, se comparados aos que aqui ajudaram a implantar um modelo educacional ultrapassado e limitado, levando em conta nossas peculiaridades; e mais doloroso ainda, quando nos consideramos a oitava economia do mundo e sequer possuímos um modelo à realidade brasileira".

"É deprimente comparar-nos a países como a Alemanha, França, União Soviética, Japão e Estados Unidos, que dispõem de recursos astronômicos para a educação, com metas definidas para atingir o aprimoramento profissional, técnico e científico", conclui Müller enfatizando o "raquítico" 13% que a União oferece às Universidades Federais.

Salvador Albarrán

Sem Terra



“A Reforma Agrária será feita por nós”



“Tanto faz morrer na luta com a polícia como morrer de fome por não ter onde trabalhar”. O desabafo é de Serginho dos Santos, um dos líderes do Comando Nacional do Movimento dos Sem-Terra, (MST), que nos últimos dias de setembro deu por encerradas as discussões com o Governo Estadual irritado com a lentidão no assentamento dos colonos. “Agora”, disse ele, “a reforma agrária será feita por nós, com ou sem o apoio do Governo Estadual e Federal”.

O movimento dos Sem-Terra é uma entidade organizada em 94 municípios do Rio Grande do Sul. Com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra, organizações e partidos políticos, é considerado hoje o movimento que tem mais participantes e o mais ativo do Estado nos últimos dez anos. As estimativas são de que existem atualmente 140 mil famílias sem terra no campo, o que significa um contingente de mais de 700 mil pessoas ou quase 10% de toda a população do Estado lutando por um pedaço de terra para cultivar.

Na década dos 70, quando o problema dos colonos sem terra não atingia ainda proporções alarmantes, eram as cooperativas e os sindicatos de trabalhadores rurais que comandavam a luta pela reforma agrária e exigiam maior participação do Estado na aquisição de produtos para plantar e maquinária para trabalhar. Como as demandas foram atendidas apenas parcialmente, o Estado perde uma das suas principais bases de apoio e muitos trabalhadores rurais abandonam as formas coletivas de trabalho, iniciando-se inúmeras ocupações de terra.

Em 1979, depois que foram ex-

pulsos da reserva indígena de Noioai, os colonos invadiram a fazenda Brilhante, de Sarandi, onde acabaram sendo reassentados. Em 1984 foi a vez da Estação Experimental de Santo Augusto, uma antiga reserva indígena desapropriada pelo Estado no governo de Leonel Brizola, e em 1985 a invasão da fazenda Annoni por 1.500 famílias de colonos, que promoveram em maio de 1986, a Grande Marcha pela Terra caminhando mais de 500 quilômetros até Porto Alegre. Todos esses acontecimentos são contabilizados pelos colonos como vitórias do MST; incluindo a invasão da fazenda São Juvenal, de Cruz Alta, por 500 famílias, depois desalojadas por força de uma decisão judicial.

PRIMEIROS ASSENTAMENTOS

O conflito entre colonos sem terra e fazendeiros apoiados pela União Democrática Ruralista, (UDR), aumenta cada dia. Frente ao perigo de novas invasões, o governo toma medidas e inicia os primeiros assentamentos.

Amparados por uma medida liminar, 33 famílias por uma área de 500 hectares, a 15 quilômetros da cidade do Guaíba. Essa área havia sido desapropriada pelo Governo Estadual, em 1976, para a construção de um aeroporto internacional. Como a construção se tornou tecnicamente inviável, o governo, agora, exigiu a retirada da Arrozeira Brasileira S/A e de um haras de cavalos ingleses instalados no local, para destiná-lo ao assentamento dos colonos.

Na última reunião realizada entre colonos e o governador Pedro Simon, este garantiu que a comis-

são formada para levantar áreas públicas disponíveis no Estado, continuará procurando terras para serem usadas na implantação da reforma agrária. Segundo Simon, aproximadamente 3.500 hectares serão liberados nos próximos dias para assentamento imediato dos colonos sem terra no Rio Grande do Sul. Desse total, cerca de 2.200 pertencem ao Banco Meridional e o restante ao Governo Estadual. Explicou ainda, que outros dois mil hectares deverão ser adquiridos junto a proprietários particulares em duas fazendas em Cruz Alta. Uma delas é a fazenda Seival, que já foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA).

Os colonos, no entanto, não acreditam mais nas promessas do governo. Uma comissão representada por seus líderes Dercy Maschio e Serginho dos Santos, mostra um levantamento realizado por conta própria que constata um total de 7.492 hectares disponíveis para assentamento imediato. Destes 5.681 estão no município de Não-Me-Toque e pertencem ao Ministério da Agricultura; 480 são de propriedade de Eliseu Portela Pedrozzi, à venda em Fontoura Xavier e as restantes, 936, na fazenda Parda, em Cruz Alta. Nessas terras, os colonos exigem o reassentamento imediato: “Quantos anos vamos ter que esperar para que finalmente o governo decida integrar-nos as terras para que possamos trabalhar?”, perguntam. “Ou o governo nos dá posse legal delas ou nós as invadimos”, ameaçam.

22 MAR 1980
Salvador Albarran

UDR na defesa dos latifúndios

O líder da União Democrática Ruralista, UDR, Ronaldo Caiado, já afirmou: “Precisamos criar uma situação para que os governantes digam se estão no poder para cumprir a lei ou transferem para a sociedade esta responsabilidade”. Esta afirmação é prova substancial do medo e da fraqueza das autoridades federais e estaduais em relação aos grandes proprietários de terra deste país. Em 20 anos de ditadura, estes novos representantes da classe de grandes produtores rurais foi “gerada” nas entranhas do regime autoritário, alimentada com incentivos fiscais; juros negativos para o setor primário e isenção de todo o tipo para o imposto de renda.

São estes senhores, incompetentes proprietários graças às benesses do regime militar, que vêm se organizar na União Democrática Ruralista (UDR) e defender a propriedade privada da terra, mesmo quando não tem uma destinação social. Para Caiado a única reforma agrária aceitável é nas terras da União, quando a desapropriação destes latifúndios doados, na verdade, representaria uma “reintegração de posse” por parte da União, já que os senhores foram incapazes de fazer o uso social das terras que lhes foram doadas pela União.

A incompetência destes senhores feudais modernos, fica explícita nos critérios de produtividade que querem utilizar — e que o Incra, em convivência, continua aceitando — para definir o uso social, ou a produtividade de “suas” terras. Um exemplo é o Rio Grande do Sul, onde não é necessário realizar reforma agrária, segundo Caiado. São 24 milhões de hectares, dos quais oito milhões dedicados à lavoura. Sobram dezesseis milhões para a pecuária e silvicultura. É exatamente na atividade de criação pecuária que se localiza a maioria das propriedades com propostas de desapropriação. Pois bem, estatísticas mostram que em 1984 o valor da produção de lavoura foi de 4,7 trilhões de cruzeiros. A pecuária no mesmo ano, produziu 504 bilhões de cruzeiros. Ou seja, na metade da terra que ocupa, a lavoura produziu nove vezes o valor da produção da pecuária. Não assistimos grandes feiras de grãos aqui no Rio Grande. Mas temos a segunda maior mostra de agropecuária do mundo, para onde são mobilizados valiosos e escassos recursos do Estado.

Para Caiado não existem os sem-terra, ele diz, que isso é uma criação de lideranças ideológicas, que usam o sentimento criativo do povo brasileiro. Ora, então o inchaço das cidades brasileiras foi feito por contingentes populares estrangeiras? De onde vieram os mais de 15 milhões de São Paulo? E os de Rio, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador? São os Sem-Terra, os deserdados, que Caiado diz não existem e que a Igreja adotou. Não para dar esmola, mas para ajudá-los a entender sua realidade e seus verdadeiros inimigos. É esta a conscientização libertadora que o movimento dos Sem-Terra e a Comissão Pastoral da Terra, CPT, desenvolvem junto às populações exploradas. “Para combater a impunidade histórica dos exploradores”. Não foram os colonos e as forças democráticas que criaram a luta pela terra. Ela partiu dos grileiros, dos latifundiários, da UDR.

Além de estabelecerem como linha principal de ação, o enfrentamento direto com os trabalhadores rurais, e a preparação de uma guerra no campo, o que inclui a formação de milícias a serviço dos grandes proprietários de terra, os militantes de UDR procuram a reconstrução de uma entidade de classe e criticar o estado na busca de mais privilégios.

Sua principal linha de ação consiste na formação de um arsenal jurídico de apoio aos proprietários e via pressão ao Congresso Constituinte; na garantia de uma maior participação e controle das comissões agrárias estaduais, e na busca por uma maior representação no Congresso Nacional.

Neste momento, o ataque ao projeto camponês dirige-se às novas formas de resistência e de luta dos trabalhadores rurais. A UDR condena como tradicionais e arcaicas todas as formas coletivas de trabalho, de produção e de propriedade: a ajuda mútua, a roça coletiva, o cooperativismo. Ela percebe que hoje, essas práticas tem novo significado. Elas transformaram-se no instrumento de organização dos trabalhadores rurais na busca de formas alternativas de trabalho e de ocupação das terras.

A ausência de uma estratégia de mobilização e de pressão do movimento popular e o fortalecimento no Congresso Constituinte, de um bloco à direita que busca assumir o controle da transição, abre um novo campo de atuação da UDR que, fortalecida, amplia seus canais de negociação e suas alianças.

Por outro lado, além do recurso à violência, ela procura dividir e inviabilizar a possibilidade de aliança no campo. E o faz disputando o controle do pequeno produtor “modernizado”, através de uma proposta de política agrícola que nega a questão fundiária: do discurso da solidariedade de todos contra o Estado, e de formação de lideranças e de núcleos “comunitários”. Na verdade, de milícias ao serviço dos latifúndios.

A. Vázquez